

Presidente

Secretário

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO,
REALIZADA NO DIA 09 DE MARÇO DE 2011, NO SALÃO NOBRE DO
MUNICÍPIO DE LAMEGO**

PRESENCAS

Presidente da Câmara Municipal, Francisco Manuel Lopes e os senhores vereadores António Pinto Carreira, Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, Jorge Guedes Osório Augusto, Manuel José Carmo Coutinho, e Margarida José César Osório Silva Duarte.

AUSÊNCIAS

Justificada a ausência da senhora Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira, por motivos pessoais.

SECRETARIOU

Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Joaquim dos Santos Mateus.

ABERTURA (COD 02)

O senhor presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião quando eram 9 horas e 45 minutos e deu de imediato início ao período antes da ordem do dia, dando a palavra aos senhores vereadores.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Nos termos do disposto no artigo 86º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO (COD 01)

O senhor Vereador **Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro** referiu que tinha dois assuntos de interesse para a autarquia que gostaria de ver tratados nesta reunião:

Presidente

Secretário

Um primeiro assunto que tem a ver com controlo da qualidade da água, pretendendo saber quais os padrões que as análises mais recentes apresentam e se a mesma pode ser considerado boa para os consumos domésticos, no que respeita à reactivação das captações antigas, por força da decisão tomada em sede de executivo, a propósito do contencioso existente com as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro.

O senhor Presidente da Câmara respondeu ao senhor vereador Agostinho Ribeiro, afirmando que os procedimentos utilizados no controlo da qualidade água são os que sempre foram utilizados, não havendo qualquer alteração nos comportamentos a observar, estando a qualidade água fornecida nos padrões normais de consumo.

FINANÇAS (COD 27)

A segunda questão colocada pelo senhor Vereador **Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro**, diz respeito ao diferimento do momento do pagamento da prestação de alguns empréstimos bancários. Referiu que é do seu conhecimento que se procedeu a um adiamento desses compromissos, por facilidades concedidas pela instituição bancária (Caixa Geral de Depósitos), interrogando-se, no entanto, sobre os custos que uma medida desta natureza irá implicar para os cofres desta autarquia, designadamente com o acréscimo no pagamento de juros. Questionou se tal adiamento resultou de qualquer alteração às cláusulas contratuais dos empréstimos, e se houve alguma negociação nesse sentido, manifestando o seu entendimento sobre a necessidade de haver uma deliberação do executivo e da assembleia municipal, no caso de tal diferimento resultar em alteração à dívida municipal previamente contratualizada.

Do mesmo modo, e na mesma linha de pensamento, interrogou sobre a problemática dos pagamentos na modalidade de “factoring”, cujo adiamento terá implicações da mesma natureza legal, à luz das decisões proferidas no Relatório do Tribunal de Contas.

O senhor Presidente da Câmara respondeu, afirmando que não houve qualquer alteração no clausulado dos contratos de empréstimos nem qualquer negociação sobre esta matéria.

O diferimento do pagamento de algumas prestações de alguns empréstimos deveu-se a dificuldades de tesouraria no final do ano, relacionados com a necessidade de

Presidente

Secretário

proceder a pagamentos de facturas dos centros escolares para regularização do incumprimento verificado junto do QREN e do Banco de Portugal. Informou ainda que iria mandar verificar se os encargos decorrentes desse deferimento são susceptíveis de configurar alteração das condições contratuais e se assim for será a situação levada a ratificação dos órgãos próprios.

FESTAS E SOLENIDADES (COD 26)

De seguida o **senhor Presidente da Câmara** fez uma breve apreciação do Entrudo de Lazarim, ocorrido no fim-de-semana e no dia de Carnaval, o qual foi, uma vez mais, unanimemente considerado um êxito.

Salientou a participação e o significado do cortejo etnográfico realizado no domingo, que permitiu evidenciar os produtos regionais e salientou também, a grande afluência de pessoas oriundas das mais diversas regiões que ali convergiram na terça-feira de carnaval. De realçar, igualmente, os registos feitos por muita gente ligada à área da comunicação social, com especial ênfase dado aos órgãos televisivos.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira**, sem por em causa a importância e a qualidade do evento, manifestou o seu desagrado por não ter recebido qualquer convite para estar presente no Carnaval de Lazarim, lamentando o facto de, institucionalmente, não ter tido conhecimento do mesmo. Mais referiu que, apenas, por essa razão não esteve presente nessas festividades.

A propósito deste assunto, o senhor **Vereador Manuel José do Carmo Coutinho**, referiu que, enquanto vereador, também não recebeu qualquer convite. No entanto, considera que dada a natureza deste evento todos estavam convidados automaticamente.

O Sr. **Vereador António Pinto Carreira**, disse que, não pode aceitar tal consideração porque a questão não é pessoal, mas sim institucional, dado que o lugar que ocupa e a função que desempenha merecem um tratamento diferenciado em relação à generalidade das pessoas, entendendo, por isso, que algo não correu como era desejável.

OBRAS DO ESTADO (COD 40)

Presidente

Secretário

De seguida o senhor **Presidente da Câmara** referiu-se à visita efectuada pelo Senhor Primeiro Ministro às obras do Hospital de Proximidade de Lamego, afirmando que se tratou de mais um acto de “campanha política”, com o propósito de exaltar a alegada defesa que o Governo faz do Serviço Nacional de Saúde. Infelizmente, esse discurso não condiz com as dificuldades a que o próprio Governo está a submeter a população do Douro Sul com a construção de um hospital sem camas para internamento de doentes agudos, que serão transferidos para Vila Real, obrigando a deslocações dos familiares e amigos (e ao pagamento da portagens na A24), ou o ataque aos cuidados de saúde primários com o encerramento de extensões dos centros de saúde e de urgências ou SAP.

A este propósito o senhor **Vereador Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro** fez um comentário, afirmando que todos têm legitimidade para considerar que acções desta natureza se podem inserir em pretensos actos de campanha política, como também ocorreu, por exemplo, com a vinda do senhor Presidente da República à inauguração dos Centros Escolares do Concelho de Lamego, imediatamente antes das eleições presidenciais e que, por esse facto, não se deveria proferir qualquer juízo de valor menosprezando e desvalorizando a importância e significado de tais visitas.

O senhor **Presidente da Câmara** respondeu que a visita do senhor Presidente da República ocorreu num contexto diferente, pois veio a Lamego a convite do Município e do CTOE - Centro de Tropas de Operações Especiais, no âmbito das comemorações dos 50 anos desta unidade de elite do nosso exército e dos 171 anos da presença militar ininterrupta em Lamego. A Câmara Municipal de Lamego aproveitou a oportunidade para convidar o Senhor Presidente da República para presidir às cerimónias de inauguração dos Centros Escolares Lamego-Sudeste e Lamego-Sul.

Já no que concerne à visita do Senhor Primeiro Ministro, veio sem ser convidado e nem se fez anunciar, dado que a Câmara Municipal de Lamego não dispunha de qualquer informação sobre a sua vinda, mas apenas da visita da Senhora Ministra da Saúde. Dai a sua afirmação de que se tratou de “acto de campanha política”, com o propósito de exaltar a alegada defesa que o Governo faz do Serviço

Presidente

Secretário

Nacional de Saúde, numa intervenção que poderia ser proferida em Lamego ou em qualquer outro lugar.

O senhor vereador **Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro** respondeu ao senhor Presidente da Câmara referindo que, independentemente de todas as motivações e justificações que se possam apresentar a verdade é que o senhor Presidente da Câmara era o mandatário concelhio da candidatura do senhor Presidente da República e, fazendo muito mais sentido convidar uma personalidade ligada ao Ministério da Educação para inaugurar os Centros Escolares, o que se verificou foi que o convite se endereçou ao senhor Presidente da República, em nítido contexto de pré-campanha eleitoral, e não outro, reafirmando que com esta constatação não pretende menosprezar nem a visita de um, nem a de outro.

O senhor **Vereador Jorge Guedes Osório Augusto** referiu que queria deixar expresso o seu descontentamento pela atitude “ pouco educada” do Senhor Primeiro Ministro, aquando da sua intervenção/discurso nesta visita, já que não teve sequer um gesto de simpatia protocolar de cumprimentar os Convidados presentes, nem mesmo o Senhor Presidente da Câmara, o qual fez uma intervenção correcta e até muito simpática para os membros do Governo presentes, não deixando de referir as dúvidas que este projecto levanta, quanto à sua futura eficiência no que respeita a poder dar resposta às necessidades da região.

Este “lapso” poderá ter resultado do alerta feito pelo Senhor Presidente da Câmara no que respeita às anunciadas portagens da A24, alerta que foi muito oportuno e que se prende com a realidade nos agravamentos de custos de transporte com que as pessoas dos Municípios abrangidos pelo novo hospital, se irão deparar, caso não seja revista essa intenção.

RESUMO DA ACTIVIDADE DA DIVISÃO DE URBANISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO (COD 42)

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo do relatório da actividade da Divisão de Urbanismo e Desenvolvimento Económico desenvolvido durante o mês de Fevereiro de 2011.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

ACEITAÇÃO DE COMUNICAÇÃO PREVIA (COD 42)

Presidente

Secretário

O senhor **Vice-Presidente da Câmara Municipal** deu conhecimento ao executivo da Lista de aceitação de Comunicação Previa da actividade da Divisão de Urbanismo e Desenvolvimento Económico desenvolvido durante o mês de Fevereiro de 2011.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

Ausente o senhor Vereador António Pinto Carreira

LISTAGEM DAS OBRAS PARTICULARES – PROJECTOS DE ARQUITECTURA APROVADOS (COD 42)

O senhor **Vice-Presidente da Câmara Municipal** deu conhecimento ao executivo dos projectos de arquitectura aprovados de obras particulares, no mês de Fevereiro de 2011.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

Ausente o senhor Vereador António Pinto Carreira

LISTAGEM DAS OBRAS PARTICULARES – PROJECTOS DE ARQUITECTURA INDEFERIDOS (COD 42)

O senhor **Vice-Presidente da Câmara Municipal** deu conhecimento ao executivo dos projectos de arquitectura indeferidos de obras particulares, no mês de Fevereiro de 2011.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

Ausente o senhor Vereador António Pinto Carreira

LISTAGEM MENSAL DAS DESPESAS AUTORIZADAS EM DE 2011 (COD 45)

O senhor Vice-Presidente da Câmara deu conhecimento ao executivo da listagem das despesas autorizadas no mês de Fevereiro de 2011, nos termos do n.º 6 do artigo 39º do Regulamento do Sistema de Controlo Interno.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

Ausente o senhor Vereador António Pinto Carreira

RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA (COD 55-A)

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** deu conhecimento ao executivo do resumo diário de tesouraria, datado de 07 de Março de 2011.

Presidente

Secretário

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO (COD 43)

O senhor **Presidente da Câmara Municipal**, tendo em conta a necessidade de reforço de certas rubricas orçamentais, deu conhecimento ao executivo do conteúdo da 3ª alteração ao Orçamento da Despesa, no montante de 331.450,00€, a que corresponde à 3ª alteração do Plano de Actividades, sendo anulado em 113.450,00€ e reforçado em 35.000,00€ e ainda a 3ª alteração ao Plano de Investimentos, cuja anulação e reforço é de 150.000,00€

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

ORDEM DO DIA

01-ASSUNTO: ACTA DA REUNIÃO DE 22.02.2011 (COD 03)

Presente para deliberação a acta da reunião de Câmara do dia 22 de Fevereiro de 2011, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Câmara Municipal e o seu conteúdo ter sido aprovado em minuta.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

Ausente o senhor Vereador António Pinto Carreira

02-ASSUNTO: PEDIDO DE CORRECÇÃO DE FACTURAS DA ÁGUA (COD 01)

REQUERENTE: AVELINO DUARTE

Presente a proposta de deliberação n.º 103/01/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos para que, face ao teor da informação n.º 137/DMSU, de 15 de Fevereiro de 2011, se proceda à correcção da factura n.º 116102/10 de Setembro de 2010, nos termos do n.º 5 do artigo 35º do RDADAR e com base na tarifa de fugas prevista no preçário anexo ao Regulamento Tarifário da Prestação de Serviços de Abastecimento de Água e Tratamento de Águas Residuais e de Recolha de Resíduos Sólidos (Anexo I, Capítulo XI da Tabela Geral de Taxas e Licenças).

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

Ausente o senhor Vereador António Pinto Carreira

Presidente

Secretário

03-ASSUNTO: PEDIDO DE CORRECÇÃO DE FACTURA DA ÁGUA (COD 01)**REQUERENTE: JOSE DO CARMO FERREIRA**

Presente a proposta de deliberação n.º 104/01/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos para que, face ao teor da informação n.º 152/DMSU, de 18 de Fevereiro de 2011, seja autorizado a rectificação das facturas n.º 142352/10 de Dezembro/2010, no valor de 399,22 €, equivalente a 123 m3 e n.º 8522/11 de Janeiro, de 430, 28€, equivalente a 155m3, nos termos do n.º 5 do artigo 35º do RDADAR e com base na tarifa de fugas prevista no preçário anexo ao Regulamento Tarifário da Prestação de Serviços de Abastecimento de Água e Tratamento de Águas Residuais e de Recolha de Resíduos Sólidos (Anexo I, Capítulo XI da Tabela Geral de Taxas e Licenças).

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

Ausente o senhor Vereador António Pinto Carreira

04-ASSUNTO: PEDIDO DE RECTIFICAÇÃO DE FACTURA (COD 01)**REQUERENTE: MARIA CARLOTA DE OLIVEIRA PACHECO LUDOVICO**

Presente a proposta de deliberação n.º 105/01/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos para que, face ao teor da informação n.º 141/DMSU, de 17 de Fevereiro de 2011, se proceda à anulação da factura n.º 1055479/10 de Setembro de 2010, devendo ser emitida guia de receita com valores indexados ao tarifária actual e equivalentes ao gasto de 83m3 de água apurados no mês de Setembro de 2009, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 68 do RDADAR.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

Ausente o senhor Vereador António Pinto Carreira

05-ASSUNTO: PEDIDO DE CORRECÇÃO DE FACTURA DA ÁGUA (COD 01)**REQUERENTE: JUNTA DE FREGUESIA DE SANDE**

Presente a proposta de deliberação n.º 106/01/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos para que, face ao teor da informação n.º 136/DMSU, de 15 de Fevereiro de 2011, seja autorizada a rectificação da factura n.º 85252/10 de Julho, nos termos do RDADAR e com base na tarifa de fugas

Presidente

Secretário

prevista no preçário anexo ao Regulamento Tarifário da Prestação de Serviços de Abastecimento de Água e Tratamento de Águas Residuais e de Recolha de Resíduos Sólidos (Anexo I, Capítulo XI da Tabela Geral de Taxas e Licenças).

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

Ausente o senhor Vereador António Pinto Carreira

06-ASSUNTO: PEDIDO DE ALTERAÇÃO DO TARIFÁRIO (COD 01)

REQUERENTE: MARIA DE FÁTIMA DE JESUS PINTO

Presente a proposta de deliberação n.º 107/01/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos para que, face ao teor da informação n.º 117/DMSU, de 05 de Fevereiro de 2011, seja autorizada a indexação dos consumos de água à tarifa doméstica da instalação predial n.º 20273, sita no Lugar dos Chãos, freguesia de Vila Nova de Souto D'El rei, cujo titular do contrato de fornecimento de água é Maria de Fátima Jesus Pinto.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

Ausente o senhor Vereador António Pinto Carreira

07-ASSUNTO: PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO N.º 83/2007- A QUE FOI APENSADO OS PROCESSOS N.ºS 88/2007 E 90/2007 (COD 17)

ARGUIDO: JORGE FLORIDO RIBEIRO

Presente a proposta de deliberação n.º 108/17/11 do senhor vereador do Pelouro do Urbanismo, no uso da competência subdelegada, por força das disposições conjugadas do n.º 1 do artigo 65.º e alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei 169/99, de 18.09, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11.01, através do despacho, datado de 17.11.2009, proferido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lamego, segundo a qual propõe que a Câmara determine a remessa dos presentes autos ao Exmo. Sr. Procurador Adjunto no Tribunal Judicial da Comarca de Lamego, para que se digne promover a respectiva execução, tal como determina os n.ºs 2 e 3 do artigo 89.º do Regime Geral das Contra-Ordenações e Coimas.

Deliberado: Aprovada por unanimidade

Ausente o senhor Vereador António Pinto Carreira

Presidente

Secretário

08-ASSUNTO: RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE LAMEGO DO ANO DE 2010 **(COD 20)**

A senhora Vereadora da Educação, Acção Social e Cultural da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo do teor do relatório de actividades da Biblioteca Municipal do ano de 2010.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

Ausente o senhor Vereador António Pinto Carreira

09-ASSUNTO: PEDIDO DE PATROCÍNIO PARA ELABORAÇÃO DE UMA PUBLICAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DE UM CONJUNTO DE ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA BRIGADA DE REACÇÃO RÁPIDA **(COD 24)**

Presente a proposta de deliberação n.º 109/20/11 do senhor Presidente da Câmara, para que seja atribuído um patrocínio pelo executivo, pela elaboração de uma publicação de divulgação de um conjunto de actividades desenvolvidas por aquela instituição ao longo do ano de 2010, referenciando o seu contributo substantivo para o cumprimento da missão do exército português, nomeadamente em diversos teatros de operações, entre as quais os de Kosovo e Afeganistão, num total de mais de 1000 efectivos, salientando, para o efeito, na referida publicação o apoio prestado.

Deliberado: O executivo deliberou, por unanimidade, mostrar-se receptivo ao patrocínio da referida publicação, diferindo para momento posterior, a quantificação do referido apoio.

Ausente o senhor Vereador António Pinto Carreira

10-ASSUNTO: ANULAÇÃO DE GUIA DE PAGAMENTO EM DUPLICADO DE UM LUGAR DA FEIRA **(COD 25)**

REQUERENTE: ABILIO NOGUEIRA

Presente a proposta de deliberação n.º 110/25/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, para que seja anulada a guia n.º 9063, no valor de 48,00€, já que o pagamento foi feito em duplicado.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

Ausente o senhor Vereador António Pinto Carreira

Presidente

Secretário

11-ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA LANÇAMENTO DE FOGUETES E OUTRAS FORMAS DE FOGO/RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (COD 26)**REQUERENTE: JUNTA DE FREGUESIA DE LAZARIM**

Presente proposta de deliberação n.º 27/26/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos para que, nos termos do n.º 2 do artigo 29º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, seja ratificado o seu despacho datado de 02.03.2011, no qual autorizou o lançamento de foguetes e outras formas de fogo, nos dias 06 e 08 de Março de 2011, das 14.00h às 18.00h, no Lugar de Valverde – Lazarim, para a realização dos festejos de Carnaval, a realizar na freguesia de Lazarim.

Deliberado: Ratificada por unanimidade.

Ausente o senhor Vereador António Pinto Carreira

12-ASSUNTO: CENTRO ESCOLAR DE LAMEGO – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CAMARA (COD 41)

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo do teor do ofício, n.º 0001/2010 de 06 de Janeiro emanado da Edifer Construções, empresa adjudicatária do Centro Escolar de Lamego, que reclama o pagamento do montante de 131.987,00€ correspondente ao sobrecusto de estaleiro tendo em conta o impacto que a suspensão parcial teve no prazo de execução da empreitada acima mencionada, informando o executivo que foi comunicado à mesma empresa que a Câmara Municipal de Lamego não pagará senão a redução dos custos de produtividade provocada pela indisponibilidade parcial do terreno, por motivos alheios à Câmara Municipal e posteriores à consignação.

Deliberado: E executivo tomou conhecimento

Ausente o senhor Vereador António Pinto Carreira

13-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UM ARMAZÉM AGRÍCOLA (COD 42)**REQUERENTE: FRANCISCO MIRANDA GONÇALVES****LOCAL: LUGAR DOS CHÃOS – PENAJÓIA**

Presente proposta de deliberação n.º 112/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal segundo a qual, face ao teor da informação n.º 541/DUDE, de 01

Presidente

Secretário

de Fevereiro de 2011, e dado que a requerente não solicitou a emissão do Alvará de Licença de obras no prazo de um ano após a notificação, conclui que o acto de licenciamento caducou nos termos do n.º 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de Dezembro, sendo a caducidade declarada pela Câmara Municipal com audiência prévia do interessado, pelo que propõe que a Câmara delibere a audiência nos termos do n.º 5 do citado artigo.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

Ausente o senhor Vereador António Pinto Carreira

14-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UM EDIFÍCIO DESTINADO A ARRUMOS AGRÍCOLAS (COD 42)

REQUERENTE: JOSÉ AMARO ALBINO

LOCAL: LUGAR DO POUSADOURO - SANDE

Presente proposta de deliberação n.º 113/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal segundo a qual, face ao teor da informação n.º 511/DUDE, de 27 de Janeiro de 2011, e dado que a requerente não solicitou a emissão do Alvará de Licença de obras no prazo de um ano após a notificação, conclui que o acto de licenciamento caducou nos termos do n.º 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de Dezembro, sendo a caducidade declarada pela Câmara Municipal com audiência prévia do interessado, pelo que propõe que a Câmara delibere a audiência nos termos do n.º 5 do citado artigo.

Deliberado: Aprovado por unanimidade

Ausente o senhor Vereador António Pinto Carreira

15-ASSUNTO: RECLAMAÇÃO DE JOSE DA CUNHA SOBRE UMA CHAMINÉ – HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE VISTORIA (COD 42)

REQUERENTE: JOSÉ DA CUNHA (DRA. ANA PENAS)

LOCAL: SÃO MARTINHO DO SOUTO

Presente a proposta de deliberação n.º 114/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal para que, face ao auto de vistoria n.º 3, de 28 de Janeiro de 2011, e para os efeitos previstos no artigo 89º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, seja homologado o auto de vistoria, referenciado em epígrafe e que se notifique o proprietário do imóvel – Sr. José Lima, para no prazo de 30 dias colocar

Presidente

Secretário

um tubo de exaustão que conduza os fumos e gases da caldeira, até à cobertura do edifício.

Deliberado: Aprovado por unanimidade

Ausente o senhor Vereador António Pinto Carreira

16-ASSUNTO: INSTALAÇÃO DE UMA SERRALHARIA/LEGALIZAÇÃO (COD 42)

REQUERENTE: JOAQUIM PINTO FERREIRA

LOCAL: LUGAR DA POUSADA - CAMBRES

Presente proposta de deliberação n.º 115/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal segundo a qual, face ao teor da informação n.º 462/DUDE, de 25 de Janeiro de 2011, e dado que a requerente não solicitou a emissão do Alvará de Licença de obras no prazo de um ano após a notificação, conclui que o acto de licenciamento caducou nos termos do n.º 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, sendo a caducidade declarada pela Câmara Municipal com audiência prévia do interessado, pelo que propõe que a Câmara delibere a audiência prévia nos termos do n.º 5 do citado artigo.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

Ausente o senhor Vereador António Pinto Carreira

17-ASSUNTO: QUEIXA DE UMA CASA EM RUINA JUNTO A UMA HABITAÇÃO – HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE VISTORIA (COD 42)

REQUERENTE: JUNTA DE FREGUESIA DA SÉ (MARIA LURDES FIGUEIREDO LIMA SANCHO)

LOCAL: RUA MACÁRIO DE CASTRO - SÉ

Presente a proposta de deliberação n.º 116/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal para que, face ao auto de vistoria n.º 5, de 28 de Janeiro de 2011, e para os efeitos previstos no artigo 89º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, seja homologado o auto de vistoria referenciado em epígrafe e que se proceda de acordo com o proposto no capítulo VI – Conclusão, do citado auto de vistoria, nomeadamente notificar as proprietárias a efectuarem no prazo de 60 dias as obras de conservação referidas no auto de vistoria

Deliberado: Aprovado por unanimidade

Ausente o senhor Vereador António Pinto Carreira

Presidente

Secretário

18-ASSUNTO: PEDIDO PARA ATERRAR UM TERRENO (COD 42)**REQUERENTE:** JUNTA DE FREGUESIA DE VILA NOVA DE SOUTO D'EL REI**LOCAL:** QUINTA DOS CHÃOS ATÉ À IGREJA – VILA NOVA DE SOUTO D'EL REI

Presente a proposta de deliberação n.º 117/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal segundo a qual, face à informação n.º 660/DUDE de 08.02.2011, e nos termos do n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, dado que se trata de uma obra de uma autarquia local, a mesma seja isenta do controlo prévio, mas fique sujeita a parecer prévio não vinculativo da Câmara Municipal, nos termos do n.º 2 do citado artigo, pelo que propõe a emissão de parecer favorável.

Deliberado: O executivo aprovou, por unanimidade, emitir parecer favorável, desde que seja assegurada a contenção dos terrenos adjacentes, acautelando-se, assim, eventuais consequências negativas no futuro.

19-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UMA DEPENDENCIA - NOVO LICENCIAMENTO (COD 42)**REQUERENTE:** MANUEL TOMAS DA SILVA**LOCAL:** LUGAR DE PISÕES - CAMBRES

Presente proposta de deliberação n.º 118/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal segundo a qual, face ao teor da informação n.º 603/DUDE, de 04 de Fevereiro de 2011, e dado que o requerente não solicitou a emissão do Alvará de Licença de obras no prazo de um ano após a notificação, conclui que o acto de licenciamento caducou nos termos do n.º 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, sendo a caducidade declarada pela Câmara Municipal com audiência prévia do interessado, pelo que propõe que a Câmara delibere a audiência prévia nos termos do n.º 5 do citado artigo.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

20-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UM IMÓVEL PARA HABITAÇÃO – HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE VISTORIA (COD 42)

Presidente

Secretário

REQUERENTE: MARILIA AUGUSTA DA FONSECA SILVA**LOCAL:** AV. 5 DE OUTUBRO – ALMACAVE

Presente a proposta de deliberação n.º 119/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal para que, face ao auto de vistoria n.º 4, de 31 de Janeiro de 2011, e para os efeitos previstos no n.º 2 artigo 89º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, seja homologado o auto de vistoria, referenciado em epígrafe, segundo o qual se confirma a existência de infiltrações na fracção D, não sendo possível determinar a sua origem.

Mais acrescenta que, no entanto, as referidas infiltrações poderão originar riscos na instalação eléctrica, como, com o tempo, na própria estrutura do edifício, devendo ser deliberado que se notifique o condomínio do referido prédio a proceder à execução das obras necessárias à eliminação das referidas infiltrações.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

21-ASSUNTO: OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO – ALV. LOT. 4/01 –
HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE VISTORIA (**COD 42**)

REQUERENTE: PAVILAMEGO, CONSTRUÇÕES E PAVIMENTOS DE
LAMEGO, LDA

LOCAL: LUGAR DA QUINTÃ – FERREIROS DE AVÕES

Presente a proposta de deliberação n.º 120/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal para que, nos termos do artigo 87.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, seja homologado o auto de vistoria para recepção provisória das obras de urbanização do loteamento com o alvará n.º 4/01, reduzindo-se o valor da caução para 1.741,62€.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

22-ASSUNTO: SUBSCRIÇÃO DE DOIS ABAIXO-ASSINADOS CONTRA AS
PORTAGENS NA A25, A24, A23 (**COD 45**)

Presente proposta de deliberação n.º 121/62/11 do senhor Presidente da Câmara Municipal segundo a qual, no seguimento do ofício emanado da Comissão de Utentes contra as portagens na A25, A24, A23, recepcionado neste Município a 23 de Fevereiro de 2011, no qual remete dois abaixo assinados contra a introdução de portagens na nossa região, destinando-se um a ser subscrito pela Câmara

Presidente

Secretário

Municipal. Outro tem por objectivo a ser subscrito individualmente pelos cidadãos, propondo à Câmara Municipal a sua subscrição

Deliberado: Aprovada por maioria, com os votos a favor do senhor Presidente da Câmara e dos senhores vereadores Jorge Guedes Osório Augusto, Manuel José Carmo Coutinho, e da senhora vereadora Margarida José César Osório Silva Duarte, a abstenção do senhor vereador António Pinto Carreira e o voto contra do senhor Vereador Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro, com o fundamento nas declarações de voto expressas nesta acta.

O senhor Vereador Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro prestou a seguinte declaração de voto: "Voto contra o presente abaixo-assinado, porque não concordo com os termos ali apresentados, onde se pretende, de forma incorrecta e politicamente hipócrita, acusar o Governo PS como o único e exclusivo responsável pela introdução destas portagens, que não foi.

De facto, como decorre do acordo do PEC, foram os dois partidos – PS e PSD – os responsáveis pela introdução das portagens nos troços SCUT, sendo que o Partido Socialista se viu "obrigado" a aceitar esta imposição do PSD, para viabilizar o plano de estabilidade e crescimento, absolutamente indispensável para combater a grave crise com que Portugal se debate.

Não tenho dúvidas de que a introdução das portagens nestes troços são profundamente gravosas para o interior do País, penalizando ainda mais as já fracas condições de desenvolvimento do território nacional do interior, mas não posso dar a minha concordância a um abaixo assinado incorrecto e falso, porque atentatório da verdade e da seriedade com que estas matérias devem ser, sempre, tratadas em termos de cidadania.

Votaria favoravelmente esta proposta, se os responsáveis por este acto prejudicial para todos nós ali estivessem claramente e desassombradamente descritos, ou seja, se fosse assumido que tal responsabilidade recaía sobre o PS e o PSD, aquele porque se "deixou" intimidar com as ameaças deste, e este porque sempre entendeu que, neste particular, nunca deveria ter existido qualquer discriminação positiva para com o interior do País, posição que merece a minha total e completa discordância.

Daqui a razão do meu voto contra".

Presidente

Secretário

O senhor Vereador **António Pinto Carreira**, afirmou que sua abstenção se devia ao facto, de não subscrever abaixo assinados emanados de outras entidades, se este abaixo-assinado fosse da iniciativa da Câmara Municipal, não tinha problema nenhum em subscreve-lo, conseqüentemente votaria favoravelmente esta proposta.

O senhor **Presidente da Câmara** prestou a seguinte declaração de voto:

“Sou, por princípio ideológico, defensor da construção de auto-estradas com portagens pagas pelos seus utilizadores. Considero ser esta a única solução séria, sustentável e justa que permite a construção e exploração de infra-estruturas viárias de qualidade, sem comprometer, de forma intolerável, o equilíbrio das contas públicas e outras óbvias necessidades da população nos aspectos económico e social. Estas auto-estradas deverão ter perfil transversal e longitudinal, raios de curvatura, equipamentos de apoio e manutenção adequada, que assegurem elevadas performances em termos de velocidade, conforto e segurança. Só assim cativarão utilizadores disponíveis para pagar o seu custo. O custo destas auto-estradas deverá ser proporcional aos custos de construção e manutenção e ao nível de qualidade e serviço oferecido.

As auto-estradas portajadas terão que assegurar alternativas de circulação adequada para aqueles que, por motivos financeiros ou por simples opção, entendam não utilizar a auto-estrada. As auto-estradas portajadas poderão, em situações especiais, ter sistemas de isenção ou incentivos que promovam objectivos de coesão territorial e estimulem a actividade económica regional. Ora, nenhuma destas premissas foi assegurada na construção da A24 e da A25, pois:

(i) Nasceram como SCUTS - sem custos para os utilizadores – criando, por isso, nas populações a expectativa de serem gratuitas, o que, legitimamente, induziu os cidadãos a modos de vida compatíveis com esta situação, por exemplo vivendo em Lamego e trabalhado em Vila Real ou Viseu, ou vice-versa.

Cidadãos que hoje verão a sua vida complicada e eventualmente o equilíbrio do seu orçamento familiar comprometido por força da introdução das portagens;

(ii) Não têm perfil de verdadeiras auto-estradas, sendo, inclusivamente, perigosas em diversos troços;

(iii) Não têm alternativas minimamente aceitáveis, no caso da A25 não tem de todo e no caso da A24 temos a EN 2 e inúmeros troços de estradas municipais e

Presidente

Secretário

travessias de centros urbanos, o que sobrecarregará, inaceitavelmente, as infra-estruturas municipais;

(iv) O preço das portagens não tem relação com o custo da infra-estrutura, sendo fixado, politicamente, em função da necessidade do Governo, e permitindo-lhe, assim obter receitas para tapar o gigantesco buraco orçamental a que conduziu o país;

(v) O sistema de isenções e os modos de pagamento são complexos, caóticos e injustos.

Eis, pois, os motivos pelos quais votarei favoravelmente esta proposta e subscreverei, como Presidente da Câmara e como cidadão, os dois abaixo-assinados contra a introdução de portagens na A24 e A25.

Carece de qualquer rigor ou seriedade a tentativa do PS de acusar o PSD de co-responsabilidade na introdução de portagens nas SCUT. O Governo só é obrigado a introduzir portagens na SCUT apenas, e só, pelo irrealismo e incompetência com que governou o país, prometendo o que não podia dar, nomeadamente auto-estradas gratuitas. A alternativa à introdução das SCUT seria, no imediato, subir mais o IVA ou reduzir mais os salários dos funcionários públicos, o que o PSD não poderia aceitar. Este Governo levou ao limite o comportamento que o Dr. Agostinho Ribeiro tanto tem criticado à Câmara de Lamego que é o de fazer obras a pagar nos próximos 20 anos. Com uma grande diferença: as obras que este governo lançou para serem pagas pelos nossos impostos e por empréstimos a 8% de juro ao ano, são para pagar por várias gerações de Portugueses nos próximos 50, 70 ou 90 anos!"

O senhor Vereador **Jorge Guedes Osório Augusto** prestou a seguinte declaração de voto:

"Votei favoravelmente o apoio da Subscrição de dois abaixo-assinados contras as portagens na A25, A24, A23, pelas seguintes razões:

- A Região do Douro tem ao longo de várias dezenas de anos contribuído grandemente para o desenvolvimento do País, quer com a enorme produção de energia eléctrica, quer com a produção dos vinhos do Porto e mais recentemente Douro, sem que a maior parte dessa mais-valia financeira seja reinvestida no Douro, o que poderia originar mais emprego;

Presidente

Secretário

- Os níveis de desenvolvimento económico da Região são considerados muito baixos quer em termos nacionais, quer ainda quando comparados com outras Regiões Vinícolas Europeias;
 - Houve nos últimos 3 a 5 anos um crescimento no que respeita a unidades de alojamento turístico, resultado de várias intervenções promocionais e de condições de apoio favoráveis ao nível de incentivos financeiros e fiscais, o que a verificarem-se agora a aplicação destas tarifas rodoviárias, vai seguramente inverter o sentido de crescimento do turismo na Região;
 - Por outro lado o incentivo à criação do Eixo de Cidades Lamego-Régua-Vila Real, impulsionado pelo Governo no sentido de haver uma maior capacidade de organização do território e consequente redimensionamento dos vários serviços distribuídos por estas 3 cidades, vai ser contrariado, ou mesmo inviabilizado, dado o custo de portagens que poderá vir a ser criado, o qual trará enormes custos acrescidos para os cidadãos que se deslocam entre estas cidades, bem como as empresas desta Região, porquanto não existem alternativas minimamente aceitáveis, que permitam uma rápida e segura circulação;
 - Acresce ainda que o novo Hospital de Lamego, estando na dependência do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, irá implicar permanentes deslocações de doentes e seus familiares entre estas cidades, o que tendo em conta a situação económica e social da actual população, se torna absolutamente insustentável, face aos custos necessariamente agravados a que todos vamos ser sujeitos;
- Face ao exposto não me restam outras alternativas, que não sejam a de me associar a esta “petição”, no sentido de alertar os responsáveis para uma realidade que não pode ser vista da mesma forma que outras, ignorando as realidades da região, tendo em conta os valores de portagem que vieram a público e pelas razões aqui expostas”.

23-ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO DE RESTRIÇÃO DE TRANSITO NO LARGO DO RIBEIRO/RATIFICAÇÃO (COD 62)

REQUERENTE: DEPARTAMENTO DA CATEQUESE DA ADOLESCÊNCIA DA DIOCESE DE LAMEGO

Presidente

Secretário

Presente proposta de deliberação n.º 122/62/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, para que, no uso da competência que lhe confere o artigo 8.º do Decreto-Regulamentar n.º 2A/2005, de 24 de Março, seja ratificado o seu despacho datado de 22.02.2011, no qual autorizou a restrição de trânsito no Largo do Ribeiro, junto ao Centro Pastoral de Almacave, no dia 26 de Fevereiro de 2011, das 09.30h às 16.30h, para a realização do Dia Diocesano do Catequista.

Deliberado: Ratificada por unanimidade.

APÓS A ORDEM DO DIA

Reconhecida a urgência da deliberação imediata dos seguintes assuntos, a Câmara Municipal, no uso da prerrogativa conferida pelo artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, deliberou, por unanimidade, apreciá-los.

24-ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PARA DESFILE DE CARNAVAL E ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TADAS – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (COD 26)

REQUERENTE: AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DA SÉ

Presente proposta de deliberação n.º 123/26/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos para que, nos termos do n.º 2 do artigo 29º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, seja ratificado o seu despacho datado de 03.03.2011, no qual autorizou a realização do desfile de Carnaval no dia 04.04.2011, pelas ruas da cidade de Lamego, ao Agrupamento de Escolas da Sé, bem como a isenção do pagamento da respectiva taxa, nos termos da alínea d), do n.º 2, do artigo 25.º, do Regulamento de Taxas e Licenças do Município de Lamego

Deliberado: Ratificada por unanimidade.

25-ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PARA DESFILE DE CARNAVAL E ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (COD 26)

REQUERENTE: AGRUPAMENTO VERTICAL DE LAMEGO

Presente proposta de deliberação n.º 124/26/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos para que, nos termos do n.º 2 do artigo 29º do

Presidente

Secretário

Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, seja ratificado o seu despacho datado de 03.03.2011, no qual autorizou a realização do desfile de Carnaval no dia 04.03.2011, pelas ruas da cidade de Lamego, ao Agrupamento Vertical de Lamego, bem como a isenção do pagamento da respectiva taxa, nos termos da alínea d), do n.º 2, do artigo 25.º, do Regulamento de Taxas e Licenças do Município de Lamego

Deliberado: Ratificada por unanimidade.

26-ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PARA DESFILE DE CARNAVAL E ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (COD 26)

REQUERENTE: APITIL – ASSOICAÇÃO PELA INFÂNCIA E TERCEIRA IDADE DE LAMEGO

Presente proposta de deliberação n.º 125/26/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos para que, nos termos do n.º 2 do artigo 29º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, seja ratificado o seu despacho datado de 03.03.2011, no qual autorizou a realização do desfile de Carnaval no dia 07.03.2011, pelas ruas da cidade de Lamego, ao Agrupamento Vertical de Lamego, bem como a isenção do pagamento da respectiva taxa, nos termos da alínea d), do n.º 2, do artigo 25.º, do Regulamento de Taxas e Licenças do Município de Lamego

Deliberado: Ratificada por unanimidade.

27-ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PARA DESFILE DE CARNAVAL E ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (COD 26)

REQUERENTE: ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE PENUDE DE BAIXO

Presente proposta de deliberação n.º 126/26/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos para que, nos termos do n.º 2 do artigo 29º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, seja ratificado o seu despacho datado de 03.03.2011, no qual autorizou a realização do desfile de Carnaval no dia 06.03.2011, pelas ruas da Freguesia de Penude, à Associação Cultural e Recreativa de Penude, bem como a isenção do pagamento da respectiva taxa, nos

Presidente

Secretário

termos da alínea d), do n.º 2, do artigo 25.º, do Regulamento de Taxas e Licenças do Município de Lamego

Deliberado: Ratificada por unanimidade.

28-ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PARA DESFILE DE CARNAVAL E ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (COD 26)

REQUERENTE: JUNTA DE FREGUESIA DE LAZARIM

Presente proposta de deliberação n.º 127/26/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos para que, nos termos do n.º 2 do artigo 29º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, seja ratificado o seu despacho datado de 03.03.2011, no qual autorizou a realização do desfile de Carnaval nos dias 06/03/2011 e 08/03/2011, pelas ruas da Freguesia de Lazarim, à Junta de Freguesia de Lazarim, bem como a isenção do pagamento da respectiva taxa, nos termos da alínea d), do n.º 2, do artigo 25.º, do Regulamento de Taxas e Licenças do Município de Lamego

Deliberado: Ratificada por unanimidade.

29-ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PARA DESFILE DE CARNAVAL E ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (COD 26)

REQUERENTE: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LAMEGO

Presente proposta de deliberação n.º 128/26/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos para que, nos termos do n.º 2 do artigo 29º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, seja ratificado o seu despacho datado de 03.03.2011, no qual autorizou a realização do desfile de Carnaval nos dias 06/03/2011, pelas ruas da cidade de Lamego à Santa Casa da Misericórdia de Lamego, bem como a isenção do pagamento da respectiva taxa, nos termos da alínea d), do n.º 2, do artigo 25.º, do Regulamento de Taxas e Licenças do Município de Lamego

Deliberado: Ratificada por unanimidade.

Presidente

Secretário

30-ASSUNTO: NOMEAÇÃO DOS ORGÃOS DA FUNDAÇÃO DR. JOÃO DE ALMEIDA (COD 08)

Presente a proposta de deliberação n.º 129/08/11 do senhor Presidente da Câmara Municipal para que, nos termos do disposto nos estatutos da Fundação Dr. João de Almeida e no artigo 64º, nº 1, alínea i da lei nº 169/99 de 18.09, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002 de 11.01 sejam nomeados os seguintes membros dos órgãos sociais da referida Fundação:

Conselho de Administração:

Presidente da Câmara Municipal de Lamego, Eng. Francisco Manuel Lopes

Dr. José Mário Alves de Sousa

Dr. António José Santos Almeida

Eng.º Rogério dos Santos Pinto

Dr. Hélder João Pereira Santos

Conselho Fiscal:

Dr. António Pinto Carreira

Dr. António Manuel Simões de Oliveira

Dr. Nelson do Vale Martins

Conselho Geral (integra o Conselho de Administração e Conselho Fiscal):

Dr. Joaquim dos Santos Almeida

Dr. Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro

António Augusto dos Santos

Presidente da Junta de Freguesia de Magueija, Maria Liliana Santos Monteiro

Presidente da Junta de Freguesia de Almacave, António Manuel Magalhães
Rodrigues Lourenço

Presidente da Câmara Municipal de Lamego, Eng. Francisco Manuel Lopes

Dr. José Mário Alves de Sousa

Dr. António José Santos Almeida

Presidente

Secretário

Eng.º Rogério dos Santos Pinto

Dr. Hélder João Pereira Santos

Dr. António Pinto Carreira

Dr. Nelson do Vale Martins

Dr. António Manuel Simões de Oliveira

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

31-ASSUNTO: MINUTA (COD 03)

Proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

Deliberado: Aprovados, por unanimidade, em minuta, para efeitos de cumprimento imediato.

32-ASSUNTO: TERMO (COD 60)

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião às 11 horas e 45 minutos, da qual foi lavrada esta acta que vai ser assinada por si e pelo Assistente Técnico do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Joaquim dos Santos Mateus.

O Presidente,

O Secretário,